

FEMINISMOS E SUA IMPORTÂNCIA NA PRÁXIS CENTRADA NAS PESSOAS

¹Ana Paula Sammogini, ²Larissa dos Reis Stella, ³Laura Porfirio A. Santos

1 Universidade de São Paulo. E-mail: anafjk@usp.br

2 E-mail: larissareisstella@gmail.com

3 Secretaria de Saúde de Solânea, PB. E-mail: lauraaporfirio@gmail.com

RESUMO

Este artigo parte da experiência coletiva de mulheres, que se reuniram em uma roda de conversa teórico-vivencial, com a proposta de buscar significativas articulações entre a teoria da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), desenvolvida por Carl Rogers, e as reflexões advindas de movimentos de luta e resistência, promotores de fortalecimento e emancipação crítica, como são os feminismos. Foi possível ter clareza de que uma teoria psicológica precisa sempre ser sociopolítica, valorizando as questões singulares e intrapsíquicas tão presentes nas relações de ajuda que visam a promoção em saúde mental, no entanto sem nunca invisibilizar questões sociais/históricas/culturais/corporais/políticas/entre outras, pois há uma dialética inseparável nessas duas dimensões, constituindo o existir humano e sua subjetividade sempre nesse entre, no coexistir, intersubjetivamente. Assim, foi possível perceber a potência de tal vivência coletiva, nos encaminhando à necessidade de ampliação de tais tempos/espaços, pois uma práxis Centrada nas Pessoas precisa necessariamente incluir educação política, crítica social, diálogo e cooperação com outras disciplinas, abordando questões como sexismo, racismo, fascismo, homofobia, crise climática, diferença econômico-social de classes, entre muitas outras questões essenciais, na busca por uma emancipação crítica, tanto teórico-racional, como também vivencial-existencial. Apenas dessa forma se faz possível ajudar de fato as pessoas as quais nos comprometemos a assistir de modo ético e responsável.

Palavras-chave: psicologia; feminismo; psicoterapias centradas na pessoa; sexismo; violência de gênero.

FEMINISMS AND THEIR IMPORTANCE IN PERSON-CENTERED PRAXIS

ABSTRACT

This article is based on the collective experience of women who gathered in a theoretical-experiential discussion group with the aim of seeking meaningful connections between the theory of the Person-Centered Approach (PCA), developed by Carl (1), and the reflections arising from movements of struggle and resistance, which promote empowerment and critical emancipation, such as feminisms.

It was clear that a psychological theory must always be sociopolitical, valuing the singular and intrapsychic issues that are so present in the relationships of help that aim to promote mental health, but without ever making social/historical/cultural/corporal/political issues invisible, since there is an inseparable dialectic in these two dimensions, constituting human existence and its subjectivity always in this in-between, in coexistence, intersubjectively. Thus, it was possible to perceive the power of such collective experience, guiding us to the need for the expansion of such times/spaces, since a People-Centered praxis necessarily needs to include political education, social criticism, dialogue and cooperation with other disciplines, addressing issues such as sexism, racism, fascism, climate crisis, economic-social class differences, among many other essential issues, in the search for critical emancipation, both theoretical-rational and experiential-existential. Only in this way it is possible to truly help the people we commit to assisting in an ethical and responsible manner.

Keywords: psychology; feminism; person-centered psychotherapy; sexism; gender-based violence.

INTRODUÇÃO: COLETIVO MULHERES DA ACP E A RODA DE CONVERSA SOBRE FEMINISMOS

O Coletivo Mulheres da ACP foi criado no dia 8 de setembro de 2023 no XIV Fórum Brasileiro da Abordagem Centrada na Pessoa, que aconteceu em Canela, município do Rio Grande do Sul, Brasil. Esse movimento coletivo se deu em razão de uma série de relatos de mulheres vítimas de assédios morais, sexuais e outras violências de gênero dentro dos espaços dos fóruns e de outros encontros da comunidade ACP. Percebeu-se que tais violências vinham acontecendo de forma reiterada há anos em nosso meio, no entanto foram sistematicamente silenciadas e/ou tratadas de modo pontual e isolado, favorecendo a manutenção dos abusos e opressões, assim como ocorre estruturalmente em nossa sociedade ocidental atual.

Podemos afirmar que este movimento já estava sendo gestado há bastante tempo, porém seria impossível precisar desde quando. Contudo, muitas das integrantes do Coletivo relembram diversos eventos, incluindo fóruns acontecidos anteriormente, em que o sentimento de sororidade/dororidade já se mostrava bastante aquecido, sendo perceptível a conexão e apoio mútuo em grupos menores de mulheres nesses espaços.

É importante também apontar que nossa estrutura social, tanto nacional quanto mundial, se mostra ainda absolutamente patriarcal, racista, classista, capacitista, entre outras tantas opressões, entretanto, tem caminhado no sentido de pequenas transformações, porém muito significativas quando apontamos para as questões de gênero, raça/etnia, deficiências e inúmeras outras, e suas interseccionalidades. Assim, nosso pequeno universo da ACP no Brasil também tem acompanhado tais movimentos e mudanças, o que se nota com a criação do citado Coletivo de Mulheres, da criação, também recente, do Coletivo Terapreta, das bolsas de ação afirmativa que agora fazem parte de diversos eventos de nossa comunidade, entre muitas outras transformações.

Esses abalos e movimentações na estrutura da sociedade são alcançadas sempre com muita luta, avanços e retrocessos constantes, para então se chegar a pequenas vitórias. Pois, há uma grande força que retroalimenta essa estrutura constantemente para manter seu status quo, no qual apenas uma pequena parte da população ocupa lugares de dominação e detém a maior parte dos privilégios sociais/econômicos/políticos, enquanto uma esmagadora maioria permanece oprimida. Essa estrutura funciona em uma sistemática de que algumas vidas valem mais que outras.

E, como nós, mulheres do Coletivo, também fazemos parte dessa estrutura social, em nossa primeira reunião que aconteceu presencialmente no XIV Fórum Brasileiro da ACP, muitas participantes puderam relatar situações de assédio em diversos níveis, dos mais sutis aos mais ostensivos; assédios sexuais, morais, não apenas em relação a questões de gênero, mas também e interseccionados a questões de raça/etnia, classe social, deficiências, entre outros. Foi possível então a muitas de nós refletir sobre como já havíamos vivenciado, presenciado e, também, reproduzido assédios e opressões. É importante ressaltar que a maioria de nós foi bastante impactada nesse primeiro encontro.

Portanto, assim que voltamos do Fórum e realizamos a primeira reunião de trabalho do Coletivo Mulheres da ACP, que se deu online, pois temos participantes de todo Brasil, percebemos que um dos grandes desejos desse grupo era primeiramente alcançar maior auto letramento. Daí surgiu o desejo de realizarmos rodas de conversas regularmente com o objetivo de letrarmos a nós mesmas e outras pessoas que compartilhassem desse mesmo interesse. Nessa primeira reunião foram tomadas diversas outras decisões importantes, que definiriam o rumo do Coletivo após sua criação. Estava claro a todas nós que seguiríamos desse modo: nos reunindo regularmente e tomando decisões de modo coletivo. Acordamos pela realização das rodas de conversa, grupos de encontro, grupos de trabalho, grupos de formulação de materiais, entre outras inúmeras vivências significativas, que têm nos colocado a todas em movimento de emancipação e fortalecimento.

Nesse contexto, decidimos juntas sobre o tema da primeira roda de conversa: “Feminismos: o que são e porque são importantes”. A definição das três facilitadoras se deu de modo voluntário, que foram as três autoras deste artigo. Pensamos ainda sobre a relevância de haver uma exposição informativa em uma parte da roda, indo de encontro à necessidade de letramento explicitada, que seria realizada pelas facilitadoras e, em um segundo momento, teríamos então um espaço aberto de discussão. Decidiu-se, além disso, que seria aberta a todas, todos e todos, teria duração de 2 horas e aconteceria online, possibilitando que pessoas de diversos lugares pudessem se juntar a nós.

Dessa forma, as três facilitadoras nas semanas seguintes realizaram inúmeras pesquisas e conversas prévias, buscando decidir quais informações se mostravam mais pertinentes a serem explanadas nesse primeiro momento da roda. Enquanto isso, havia um grupo de mulheres realizando outro importante trabalho para o acontecimento do evento, são as mulheres do grupo de comunicação. Elas colocaram o Coletivo nas redes sociais, criaram a logo e diversos materiais

informativos e se responsabilizaram por divulgar amplamente nossa primeira roda de conversa. Além disso, gravaram o evento e o tornaram disponível no Youtube após seu encerramento.

Tivemos 149 pessoas inscritas para a roda sobre feminismos, em sua grande maioria mulheres. O evento aconteceu no dia 10 de março de 2024, das 20h às 22h (horário de Brasília). Foi realizada de modo virtual em uma sala do Zoom e, como não sabíamos se todas as pessoas conseguiriam entrar na sala, decidimos por transmiti-lo ao vivo pelo Youtube. No dia participaram menos pessoas do que as que estavam inscritas. Um dado significativo é que havia na sala do Zoom apenas mulheres e uma pessoa não binária.

No momento de abertura para discussão as mulheres do grupo de comunicação acompanharam os comentários realizados de modo escrito no canal da transmissão no Youtube, se disponibilizando a ler as perguntas e comentários de modo síncrono a todos nós que estávamos na sala do Zoom.

Tivemos um incidente durante a conversa que nos impactou significativamente e nos levou a refletir ainda mais profundamente e intensamente; um homem que acompanhava pelo Youtube nos fez ataques de ódio de cunho machista e racista, o que nos conduziu a sentimentos ainda mais concretos sobre as dificuldades e perigos que enfrentamos na luta por modificações nas estruturas tão cristalizadas e opressoras de nossa sociedade.

No pós roda tivemos a percepção como Coletivo de que todo esse evento, desde sua idealização, foi bastante rico e potente, nos transportando a lugares bem diferentes dos quais ocupávamos antes de começarmos a pensá-lo, prepará-lo e realizá-lo. Sobretudo, pudemos perceber o quanto tudo o que experienciamos constitui relação estreita com nossa prática profissional, quando buscamos um caminho de desenvolvimento de relações promotoras de saúde e concretamente Centradas nas Pessoas.

A seguir apresentamos os frutos de relevante pesquisa e preparações para a roda de conversa, enriquecidas com as intensas discussões obtidas e, ainda, pesquisas pós roda, realizadas para compreendermos de modo mais aprofundado temas que foram levantados ao longo de todo processo.

APRESENTAÇÃO DOS DADOS INFORMATIVOS INDISSOCIÁVEIS DOS DADOS DA DISCUSSÃO TEÓRICO-VIVENCIAL COLETIVA

A trajetória do movimento: Ondas Feministas

Para fim de contextualização histórica, é importante destacar que o Feminismo é um movimento que nunca deixou de existir, ainda que tenha tido períodos de maior e menor atividade. Por conta disso, didaticamente divide-se o Feminismo em ondas, trazendo a ideia de movimento, de ir e vir, sem nunca esgotar-se. Cada período histórico terá demandas em destaque, que podem ou não ter sido mantidas em ondas futuras, de acordo com o momento contemporâneo àquela organização política¹.

Dado isso, afirma-se que o Feminismo surge na Europa, na metade do século XIX, e a primeira onda, que começa nesse período e vai até meados do século XX, é caracterizada pela reivindicação, por parte das mulheres, de direitos que vinham sendo discutidos e conquistados pelos homens².

Àquela época, aos homens eram garantidos direitos políticos bastante restritos: apenas aqueles maiores de 21 anos, dotados de posses, e por consequência, brancos, eram autorizados a participar da vida política. Com as lutas operárias e o questionamento da ideia de lucro a todo custo, muitos homens passaram a conquistar direitos, mas as mulheres continuavam excluídas desse processo. Assim, surgem as primeiras reivindicações feministas, inicialmente lideradas por mulheres brancas, que lutavam por direitos tidos como básicos, como o voto e a participação na vida pública e política. Elas também questionavam a imposição de papéis submissos e passivos¹.

Paralelamente, havia o movimento feminista negro, que lutava pela abolição da escravatura. Um nome importante desse período é Sojourner Truth, que fez um discurso marcante em uma convenção sobre os direitos das mulheres em 1851. Em resposta a um pastor que argumentava que as mulheres não deveriam ter os mesmos direitos que os homens porque Jesus era homem e porque as mulheres eram frágeis e intelectualmente débeis, ela disse:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim. Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu parti treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamava com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?³⁽¹¹⁾

Enquanto o movimento feminista negro ganhava força, as mulheres brancas reagiram contra o abolicionismo, alegando que a liberdade dos homens negros poderia significar perda de direitos para elas. Assim, muitas consideravam razoável manter o regime escravocrata, desde que seus próprios direitos fossem assegurados. Isso demonstrava que o atravessamento de raça era um fator importante nessa onda feminista, uma vez que mulheres brancas optaram por ignorar os absurdos da escravidão e mantê-la vigente, colocando em risco a vida de homens negros e mulheres negras⁴.

Ainda na primeira onda, algumas feministas incorporaram a questão feminina às teorias socialistas e marxistas, focando na luta das mulheres operárias.

A segunda onda do Feminismo iniciou-se em meados dos anos 1950 e se estendeu até os anos 1990. Foi nesse período que se desenvolveram estudos sobre a condição da mulher na sociedade, fundamentando uma teoria sobre a opressão feminina. O movimento se baseava em uma perspectiva radical, que apontava a exploração da mulher em razão do seu sexo biológico e

funções reprodutivas. Nesse contexto, surgiu a distinção entre sexo (característica biológica) e gênero (construção social atribuída ao sexo)².

As feministas da segunda onda promoviam a conscientização por meio de atividades coletivas e fortaleciam a narrativa de uma "universalidade" entre as mulheres. O ponto comum entre elas era a capacidade reprodutiva, explorada tanto pelo patriarcado quanto pelo capitalismo. Nesse período, surgiram críticas à pornografia, à prostituição, à exploração das mulheres pelo casamento e pela maternidade e à violência sexual como ferramenta de manutenção do poder masculino¹.

Havia também críticas comuns entre feministas da segunda onda e feministas socialistas, como a jornada dupla de trabalho, a diferença salarial entre gêneros e a divisão sexual do mercado de trabalho e da educação. Tais críticas, em sua maioria, ignoravam atravessamentos de raça e classe.

Em 1979, Audre Lorde⁴ já alertava sobre a necessidade de olhar para idade, classe, sexualidade e raça para entender como esses fatores afetavam a experiência de ser mulher. Ela denunciava que as mulheres estavam sobrecarregadas ensinando os homens sobre sua existência e necessidades, e apontou essa como sendo uma ferramenta antiga para manter o oprimido ocupado, assumindo a responsabilidade que deveria ser atribuída ao opressor. Dentro do próprio feminismo, isso também ocorria, com mulheres negras tendo que educar as mulheres brancas sobre as particularidades de suas opressões.

Em contraste às críticas incompletas do feminismo branco, o feminismo negro considerava questões de gênero e raça, bem como de classe, sendo um movimento consolidado na resistência ao silenciamento que sofria por parte das iniciativas de mulheres brancas. A ampliação dessa veia feminista culminou na terceira onda, iniciada nos anos 1990¹. Diferentemente da segunda onda, essa fase buscava evitar a universalização da experiência de ser mulher, passando a considerar as interseccionalidades, termo cunhado pela ativista e professora de direito Kimberlé Crenshaw⁵.

Em nossos estudos percebemos que o feminismo negro sempre existiu em paralelo aos outros movimentos, mas foi sistematicamente silenciado, por homens e mulheres brancos. Audre Lorde nos traz uma reflexão apresentada em uma conferência em 1979, na qual destaca que apenas duas mulheres negras estavam entre as palestrantes de todo o evento e disse: "Rogo a cada uma de nós aqui, que mergulhe naquele lugar profundo de conhecimento que há dentro de si e chegue até o terror e a aversão a qualquer diferença que ali habite. Veja o rosto que têm."⁴⁽¹⁷⁾

Audre Lorde nos convida a visitar um lugar íntimo, talvez constrangedor e de difícil acesso, para entender o que nos causa aversão e intolerância e que nos impede de pensar um feminismo que leve em consideração os diversos atravessamentos que uma mulher pode ter⁴.

Principais vertentes feministas

Existem tensionamentos na sociedade que são apagados quando surgimos com frases do formato; "somos todos iguais" e "não vejo cor". Esse discurso tem de ser revisto - e extinto –

urgentemente, uma vez que, intencionalmente ou não, tolhe o potencial de aprofundamento em tais discussões. As pessoas são, de fato, diferentes; têm suas particularidades e diversos atravessamentos que vão definir se elas terão privilégios sociais ou se serão oprimidas por quem os detêm.

Quando emerge o feminismo branco, que ainda hoje é apontado como pioneiro e como criador do feminismo, como se ele conseguisse abranger a universalidade do ‘ser mulher’, há uma invisibilização das lutas de mulheres negras e não brancas.

Portanto, compreendemos que é importante falarmos em Feminismos, no plural, para marcarmos que há pluralidade, e até mesmo divergências, dentro do movimento por equidade entre os gêneros.

Há uma raiz, que é essa busca por melhores condições de vida, de trabalho, que sejam equivalentes àquelas que os homens têm, considerando os atravessamentos de ser mulher, mas cada vertente do feminismo vai definir suas demandas e seu projeto de como chegar a essa equidade².

Elencamos abaixo algumas das principais vertentes feministas da atualidade, denotando suas principais demandas e posicionamentos.

Feminismo Negro

Marcado por ênfase nas demandas relativas às vivências de pessoas negras, essa vertente tem em sua trajetória forte resistência ao silenciamento e opressão impostos pela branquitude. Desde sua origem foi marcado pelo contraste com os movimentos formados por mulheres brancas sufragistas, enfatizando como importante diferença o fato de que mulheres negras sofrem mais violência do que mulheres brancas e seus corpos são constantemente vistos como propriedade dos homens⁶. Destacam-se como principais autoras dessa vertente Angela Davis (EUA), Djamila Ribeiro (BRA) e Sueli Carneiro (BRA).

Feminismo Interseccional

Essa vertente considera de extrema relevância compreender os efeitos que os diferentes marcadores sociais exercem sobre as diversas vivências das mulheres. Assim, cada atravessamento é levado em conta e reconhecido para a luta por direitos. Portanto, por essa perspectiva, as demandas de uma mulher negra heterossexual são diferentes daquelas de uma mulher negra lésbica e quanto mais camadas de opressão, mais marginalizada se encontra aquela pessoa. O principal nome dessa vertente é Kimberlé Crenshaw, professora estadunidense que desenvolve estudos com ênfase em gênero e raça⁵.

Feminismo Marxista

Partindo das noções marxistas, essa vertente tem um grande foco na luta de classes e fim da exploração econômica pela completa reestruturação do sistema capitalista. Compreende-se que a

desigualdade de gênero se mantém porque o sistema capitalista é sustentado por essa opressão, dentre outras. Silvia Federici, autora italiana de destaque por seus estudos em relação ao trabalho reprodutivo, tece críticas fortíssimas à jornada dupla imposta às mulheres e coloca que gerar, cuidar e educar seres humanos são atividades que demandam muito tempo, dinheiro e energia e são relegadas às mulheres como forma de exploração⁷.

Ecofeminismo

O ecofeminismo é uma vertente bastante atual, que parte da ideia de que o capitalismo e o machismo pautam-se na exploração da natureza e das mulheres, encarando-as como recursos à sua disposição e garantindo assim o lucro e a manutenção dos privilégios masculinos. Portanto, propõe equidade entre homens, mulheres e meio ambiente, evidenciando a luta contra o especismo, ideia de que há hierarquia de poder entre espécies⁸.

Feminismo Decolonial

Com nomes como María Lugones e Gloria Anzaldúa, essa vertente parte da ideia de que os países do sul global são explorados por terem sido colonizados por países europeus. Propõe um olhar de destaque para as experiências, vivências e produções do sul global e busca reconstruir aspectos culturais intrínsecos à cultura de países anteriormente colonizados⁹.

Feminismo Liberal

Há grupos de mulheres que, assim como as feministas da primeira onda, buscam direitos inerentes apenas às vivências de mulheres brancas, sem considerar atravessamentos de raça, classe, orientação sexual e mesmo econômicos⁸. Um exemplo comum são aquelas que conquistam altos cargos em empresas anteriormente geridas exclusivamente por homens e acreditam que tal feito significa uma vitória de aspecto coletivo, não considerando que a empregada que cuida de sua casa, de seus filhos, segue sendo explorada por carga alta de trabalho e baixíssima remuneração.

Transfeminismo

Vertente que coloca como centro as travestis, mulheres trans, transmasculines e pessoas não binárias. O olhar dedicado a essa população se prova necessário - e urgente - quando compreendemos que a expectativa de vida de uma pessoa transexual no Brasil é de 35 anos, que tais pessoas são marginalizadas de inúmeras maneiras, sendo uma delas no mercado de trabalho, o que resulta em limitação de acesso a subempregos, nos quais são exploradas e violentadas¹⁰.

Putafeminismo

O trabalho sexual é uma pauta bastante polêmica, e controversa, ao longo de toda a história do Feminismo. Essa vertente propõe que prostitutas e atrizes de pornografia, denominadas trabalhadoras do sexo, sejam as principais agentes da discussão, uma vez que são as específicas

pessoas que passam por suas próprias experiências. Sua demanda de maior destaque é a luta por regulamentação e segurança no exercício de seu trabalho¹¹. Amora Maira e Monique Prada são dois nomes de destaque dentro dessa frente feminista no Brasil¹².

Dada essa elucidação a respeito das diversas vertentes dentro do movimento das mulheres, podemos perceber as pluralidades, diversidades e interseccionalidades presentes. Se tratarmos como um único feminismo, invisibilizando as diferentes necessidades em cada vertente, certamente iremos reproduzir opressões, nos encaminhando para o que está estruturado e nos constitui em nossa sociedade ocidental, alinhando-se aos grupos dominantes e ao modelo econômico vigente, provavelmente prevalecendo o feminismo branco e liberal.

Conquistas a partir do movimento das mulheres

O movimento das mulheres tem alcançado mudanças significativas na sociedade e, para ilustrar e discutir sobre a importância desse movimento, apresentamos a seguir um trecho da história de vida de uma das autoras deste artigo:

“Meus pais se casaram em 1972 e tiveram três filhos, havendo uma situação de violência doméstica instalada no seio da família; meu pai batia em minha mãe constantemente e ela suportou isso por muitos anos, até o nascimento do meu irmão mais novo, quando conseguiu sair definitivamente daquela situação opressora. Ela já havia tentado sair em outros momentos, mas sem sucesso. Porém, nesse momento em que se viu com 3 filhos pequenos e na possibilidade iminente de acontecer uma tragédia, saiu fugida levando suas crias. Felizmente conseguiu esconder-se na casa de parentes e pessoas conhecidas por um tempo considerável e, em um certo momento, o marido parou de procurá-la. Parecia que haveria um alívio, mas era só o começo, ela passou a sofrer com outras inúmeras violências, que são produzidas por uma estrutura social consolidada, que persiste até os dias atuais, ainda que tenham se passado mais de 50 anos. Minha mãe foi estigmatizada e culpabilizada por ser “mãe solteira” (termo hoje alterado para “mãe solo”), não pôde contar com rede de apoio nem mesmo da família, ainda não existiam políticas públicas de apoio a mulheres em situação de risco e nem mesmo o direito ao divórcio nos era concedido. Passou a ter uma jornada de trabalho contínua e extenuante, trabalhando em 2 empregos para poder colocar comida na mesa, além de cuidar dos afazeres domésticos e de 3 crianças pequenas e, nesse ritmo de vida insustentável, quando ela tinha 42 e eu 11 anos de idade, ela foi acometida por um derrame cerebral fulminante e faleceu. Hoje tenho consciência de que ela foi mais uma das inúmeras vítimas de feminicídio, vítima do companheiro e de uma estrutura social sexista e misógina. Atualmente tenho 43 anos, tenho uma filha de 6 anos e estou em um processo de divórcio. Nunca sofri violência física em meu casamento e a situação que vivencio nos dias de hoje é muito diferente da situação que minha mãe vivenciou há mais de 50 anos. Hoje tenho consciência de que grande parte dessas mudanças se consolidaram através da luta das mulheres.”

Certamente ainda há um caminho longuíssimo a ser percorrido na luta contra as desigualdades por conta dos marcadores sociais como gênero, raça/etnia, sexualidade, classe social, deficiências, região de origem, entre outros. Porém, uma parte desse caminho tem sido trilhado com muito sangue e suor, já nos dando a possibilidade de contemplarmos um contexto diferente. A seguir apresentaremos algumas mudanças bastante significativas em relação às questões de gênero que se deram no Brasil.

No que se refere a leis, muitas criadas recentemente, citaremos algumas das principais a seguir¹³.

No Código Civil de 1916, a mulher, ainda que maior de idade, era tida como dependente civil, não tinha autonomia por decisões sobre sua própria vida e precisava de autorização de um homem – geralmente o pai ou o marido – para quase tudo, como estudar ou trabalhar. E foi somente na Constituição de 1988 que se passou a prever igualdade civil entre homens e mulheres.

Sobre a Lei do Divórcio, esse foi oficialmente instituído no Brasil em 1977, no entanto carregado de ressalvas que dificultavam muito que o processo fosse concluído. Apenas em 2010 essas ressalvas foram retiradas da lei e foi possível passar a se divorciar de maneira direta, sem tantas barreiras. Atualmente mais de 70% dos divórcios no Brasil são iniciados por mulheres.

A Lei Maria da Penha, que foi instituída em 2006, protege mulheres contra agressões físicas, psicológicas, morais, patrimoniais e sexuais. Estabelece também medidas protetivas, como afastamento do agressor, assistência social e proteção policial.

A Lei do Acompanhante no Parto, de 2005, assegura à gestante o direito de ter um acompanhante de sua escolha durante todo o período do parto, seja no Sistema Único de Saúde (SUS) ou em hospitais privados, garantindo que todos os seus direitos sejam respeitados.

A Lei Joana Maranhão, de 2009, alterou os prazos quanto à prescrição de crimes de abusos sexuais de crianças e adolescentes. A prescrição passou a valer após a vítima completar 18 anos e o prazo para denúncia aumentou para 20 anos.

A Lei Carolina Dieckmann, de 2011, tem como objetivo proteger a privacidade e a segurança digital das pessoas, criminalizando condutas que causam danos às vítimas.

A Lei do minuto seguinte, de 2013, garante o atendimento imediato e humanizado a vítimas de violência sexual em hospitais da rede pública e privada, assim, todas têm direito a exames, tratamento emergencial e prevenção de gravidez e doenças sexualmente transmissíveis, sem a necessidade de boletim de ocorrência.

A Lei do feminicídio, de 2015, inclui o feminicídio como uma qualificadora do homicídio, tendo a possibilidade de impor penas mais severas, além de reforçar a necessidade de políticas públicas para a proteção das mulheres.

A Lei da importunação sexual, de 2018, determina que qualquer conduta que constranja alguma mulher com o objetivo de obter vantagem ou favorecimento sexual configura o delito, podendo receber pena de até dois anos de prisão.

A Lei da igualdade salarial, de 2023, determina que mulheres e homens que exerçam a mesma função dentro de uma empresa recebam salários iguais, incluindo a premissa de que as instituições devem garantir transparência salarial e combater as desigualdades de gênero no ambiente de trabalho.

A Lei não é só de 2023, foi criada para prevenir constrangimento e violência contra a mulher em casas noturnas, boates, locais de espetáculos musicais em espaços fechados ou shows, além de eventos esportivos. A lei cria o protocolo “não é só” detalhando os direitos das mulheres e os deveres dos estabelecimentos comerciais.

No que se refere a políticas públicas, atualmente há muitos equipamentos criados e administrados pelo Estado, exclusivamente voltados para as mulheres. Citaremos alguns dos principais a seguir¹⁴.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), órgão responsável por formular diretrizes de ação governamental voltadas à promoção dos direitos das mulheres e realizar o acompanhamento de políticas públicas de igualdade de gênero.

As Casas da Mulher Brasileira, constituem uma porta de entrada para os principais serviços especializados de combate a situações de violação de direitos das mulheres, tais como apoio psicossocial, alojamento de passagem, promoção de autonomia econômica e até mesmo o transporte até outros atendimentos na área de saúde, socioassistencial, medicina legal e abrigos. Também é possível receber assistência de delegacia especializada, juizado, Ministério Público e Defensoria Pública. Nessas estruturas, há ainda brinquedoteca para acolher crianças de 0 a 12 anos, enquanto as mães aguardam o atendimento.

Os Centros de Referência e de Atendimento à Mulher, acolhem mulheres em situação de violência, oferecendo atendimento psicológico, social e jurídico.

As Casas-abrigo para Mulheres Vítimas de Violência, cuja localização é sigilosa, local onde as mulheres e seus filhos menores de 18 anos podem permanecer por seis meses, prorrogáveis pelo mesmo período. Longe de seus agressores, elas recebem moradia e alimentação, além de serem encaminhadas para tratamento de saúde e orientadas sobre trabalho e renda.

Os Juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher, possibilitam a centralização, num único procedimento judicial, de todos os meios de garantia dos direitos da mulher em situação de violência doméstica e familiar, antes relegado a diversos e diferentes órgãos jurisdicionais. Anteriormente a mulher, que já se encontrava em condição de especial vulnerabilidade, precisava buscar seus direitos e proteger-se da violência em diversos órgãos do Poder Judiciário, o que lhe dificultava, sobremaneira, o acesso à justiça.

As delegacias especializadas no atendimento à mulher, têm como finalidade o atendimento a mulheres que tenham sido vítimas de violência doméstica e familiar, crimes contra a dignidade sexual e feminicídios, funcionando ininterruptamente, inclusive em feriados e finais de semana. Também prestam assistência psicológica e jurídica a essas mulheres.

A Central de Atendimento à Mulher 180, funciona gratuitamente 24 horas por dia em qualquer dia da semana. Além de ser um canal de denúncias de violações de direitos e de situações de violência contra mulheres, o serviço faz o encaminhamento para que essas mulheres recebam apoio em diversos locais como delegacias especializadas, casas-abrigos e Casas da Mulher Brasileira.

No que se refere à conscientização da sociedade, temos presenciado um fortalecimento das mulheres especialmente explicitado pelos inúmeros grupos que têm surgido, sejam eles formais ou informais, como os grandes coletivos de mulheres ou os pequenos grupos de amigas cada vez mais unidas pela sororidade e dororidade, que são pilares dos feminismos e significam confiança, cooperação e acolhimento entre mulheres, o segundo é específico entre mulheres negras, em oposição ao contexto anterior em que éramos ensinadas/instigadas a competirmos entre nós, contribuindo para a manutenção da misoginia na sociedade¹⁵.

Tem-se revisto em muitos contextos a forma de falar e escrever, que anteriormente citava apenas o masculino para abranger a todos. É possível hoje presenciar o cuidado para contemplar a todas, todos e todos em muitas falas e produções escritas¹⁶.

Termos significativos têm sido modificados, como “mãe solteira”, adotando-se “mãe solo”, no combate à estigmatização de mulheres que criam filhas, filhos e filhos sozinhas. No cenário atual, muitas mulheres casadas têm se percebido e se nomeado como mães solo¹⁷.

Refletindo a respeito dessas conquistas, é necessário e importante ressaltar que a luta feminista por equidade de gênero não se dá contra homens, mas sim contra um sistema.

bell hooks¹⁸, uma das mais importantes feministas negras do nosso tempo, nomeia esse sistema de ‘patriarcado capitalista supremacista branco’ e outras autoras¹⁹ acrescentam a questão da cisheteronormatividade. Na base desse sistema, dessa ordem econômico-social persiste um regime de dominação e exploração onde há sempre grupos dominando e grupos sendo dominados. Presenciamos uma pequena parcela da população detendo a maior parte da riqueza e do poder global, enquanto há uma maioria carente de recursos materiais, de dignidade e valorização. Essa pequena parcela dominante é geralmente composta por homens brancos cis heteros ricos. Essa é a imagem do colonizador, que explora e subjuga aos demais, sejam recursos ou pessoas, detendo os maiores privilégios da sociedade e agindo constantemente em prol da manutenção de seus próprios privilégios. Essas formas coloniais de dominação se dão ainda nos dias de hoje.

Quando nos referimos a privilégios e opressões é possível ilustrar com a imagem de uma pirâmide; no topo dela há poucas pessoas, que desfrutam de muitos privilégios e, à medida que se vai descendo no sentido da base da pirâmide, o número de pessoas aumenta exponencialmente, assim como há diminuição de privilégios e aumento das opressões. No Brasil, quem ocupa em grande parte a base dessa pirâmide são as mulheres negras e pobres. Aqui podemos retomar o termo interseccionalidade, já citado anteriormente, que diz respeito à sobreposição de opressões na vida de uma mesma pessoa, como é o caso de uma pessoa que é oprimida por ser mulher, por ser negra e por ser pobre. Se essa for ainda deficiente, gorda, lésbica, etc., ainda sofrerá outras

inúmeras opressões. São várias avenidas identitárias que se cruzam, como nos diz Carla Akotirene, produzindo diversas camadas de opressões e violências²⁰.

Esse é um sistema que se retroalimenta para continuar funcionando ativamente. O relato pessoal sobre a situação de violência doméstica explicitado acima, para muitas pessoas, pode parecer um caso isolado, no entanto, a questão da violência é estrutural na sociedade ocidental capitalista em que vivemos, podendo ser nomeada como violência sistêmica. Sendo uma violência que fundamenta o Sistema patriarcal capitalista supremacista branco cisheteronormativo, mantendo o sexism, racismo, classismo, capacitismo, homofobia, etc., institucionalizados e sistêmicos.

No caso da questão de gênero e sexualidade, os estereótipos de gênero nos são passados de modo a acreditarmos que são inatos e não são construídos socialmente, sendo que as pessoas que fogem a essas padronizações polarizadas, rígidas, binárias, exclusivas, são vistas como anormais, aberrações. A partir desses estereótipos de gênero, rapidamente e de modo acrítico, fazemos a ligação do masculino à força, valentia e violência e o feminino à fragilidade, sensibilidade e maior capacidade de cuidar. Os meninos, para se provarem e adentrarem no universo dos homens, são ensinados desde muito pequenos a silenciar os próprios sentimentos, a serem fortes e valentes, a se impor, a serem conquistadores – especialmente de mulheres. Enquanto as meninas são ensinadas a serem dóceis, amáveis, compreensivas, cuidadoras e a controlarem seus desejos, em especial os desejos sexuais. Assim, uma mulher adulta, que tem autonomia sobre o seu próprio corpo e sexualidade e faz sexo livremente com quem sentir desejo, geralmente é criticada e estigmatizada, em especial se for uma mãe. Assim como um homem que não consegue se impor, em especial em relação a uma mulher, também é estigmatizado e criticado.

A seguir, apresentamos alguns dados estatísticos brasileiros²¹, que exemplificam o cenário que tais estereótipos de gênero contribuem para construir e manter:

- 92% dos homicídios têm como vítimas homens;
- 90% dos feminicídios são cometidos por companheiros ou ex-companheiros homens;
- 80% dos suicídios são cometidos por homens;
- Quase 100% dos homicídios em massa, em que são assassinadas mais de quatro pessoas, são cometidos por homens;
- 95% dos presos são homens.

A questão de gênero se destaca quando analisamos essas alarmantes estatísticas sobre homicídios, feminicídios e suicídios juntamente com os dados prisionais.

Faz-se urgente repensar os padrões sexistas/machistas e os estereótipos de gênero tóxicos apresentados a homens e mulheres, que têm servido à manutenção do Sistema patriarcal capitalista supremacista branco cisheteronormativo.

Também cabe nesse ponto nos aprofundarmos sobre quais problemas têm causado aos homens tais impostos padrões de masculinidade tóxica, como o silenciamento e solidão de suas próprias dores e sofrimentos para serem aceitos pelos pares, podendo observar que todas, todos e todos acabam como vítimas dessa estrutura.

Caberia ainda discutir sobre a interseccionalidade nesse cenário em que a esmagadora maioria dos presos são negros e pobres, que têm sido desumanizados e explorados por séculos para manter esse Sistema perverso em funcionamento. Entretanto, dada a complexidade de cada um desses pontos, não será possível abordar a todos nesse texto; contudo, fica aqui o apontamento de que esses não nos passado despercebidos.

DISCUSSÃO: BUSCANDO UMA ABORDAGEM CONCRETAMENTE CENTRADA NAS PESSOAS

Nessa discussão final do texto gostaríamos de refletir sobre questões de nossa práxis profissional e a ligação com a análise iniciada acima a respeito de questões de desigualdade de gênero.

A trajetória de Rogers como psicoterapeuta, professor, autor e pensador não se deu de modo linear, tampouco progressiva. Suas ideias modificaram-se ao longo de sua caminhada, parecendo muitas vezes estarem no sentido de uma evolução, retornando a propostas iniciais em escritos seguintes. Rogers não pretendia imobilizar e enrijecer sua teoria e afirmou: "... a teoria deve ser experimental, leve e flexível, de uma forma que esteja livremente aberta a mudanças"²²⁽⁷⁶⁾.

Dessa maneira, atualmente podemos presenciar diálogos entre aquelas/es que se baseiam nessa teoria em que temos a impressão de existirem muitas ACPs diferentes. Assim, iremos explicitar sinteticamente nossa visão da ACP neste momento.

Em termos epistemológico-ontológicos, Rogers²³ inicialmente compreendia a pessoa sob um olhar cartesiano, no qual havia uma divisão explicitamente marcada entre corpo e psique, sendo essa última mais valorizada e intencionalmente buscada em um contexto de psicoterapia. Assim, as questões relativas ao corpo, ao social, à cultura, ou seja, tudo que não dizia respeito ao intrapsíquico, eram pouco valorizadas e, muitas vezes, invisibilizadas. Ele acreditava que a psicoterapia poderia ajudar a alcançar uma 'pessoa em funcionamento pleno', que estava praticamente soterrada abaixo de todas as camadas externas que a impediam de funcionar plenamente.

Ao longo de seu experienciar, a psicoterapia e o encontro com as pessoas, sua visão epistemológico-ontológica foi se modificando e a ACP entrou em uma fase chamada experiencial. Nesse momento, a experiência intersubjetiva vivenciada na relação cliente-terapeuta passou a ser mais valorizada, se aproximando então das abordagens de base fenomenológica, para as quais a divisão corpo-psique não existiria, sendo a existência composta pelas duas dimensões de modo igualitário, sem nem mesmo abordar duas dimensões de modo distinto, mas uma única dimensão, que é o 'entre'. Assim, a existência apenas se constitui na coexistência²⁴.

Houve então uma mudança consistente na ACP, em termos de redirecionamento do foco do intrapsíquico, em que buscava apenas o desenvolvimento da individualidade e autonomia da/do cliente, passando a valorizar do mesmo modo o intersubjetivo, o interrelacional e o intercorpóreo na relação terapêutica. Rogers²⁵ afirmou que o ser humano é incuravelmente social.

Algumas/alguns pós-rogerianos foram além do legado do autor e avançaram na teoria da ACP, no sentido de uma atualização desta para a contemporaneidade. Peter Schmid²⁶ foi um desses autores, que se baseou na mudança de paradigma da fenomenologia, afirmando que a pessoa da ACP não se constitui no Eu, mas no Nós fundamental, em outras palavras, “eu não saberia quem sou se não houvesse o você/tu para me dar a chance de desenvolver meu eu”²⁶⁽⁴³⁾.

Ele refere ainda que a relação terapêutica se dá no encontro com o Outro, reconhecendo a alteridade, ou seja, o terapeuta compreendendo esse Outro como alguém absolutamente diferente de si. Desta forma, na relação de encontro de pessoa a pessoa, são necessários reconhecimento e conhecimento, um saber e um não-saber. Assim dizendo, conceitos, pré-conceitos, categorizações, ideologias, entre outras bagagens que já carrego comigo são o meu saber, o que posso reconhecer. Já o inesperado, o desconhecido, a alteridade, o Outro são o não-saber, que poderei conhecer. Porém, a bagagem que carrego comigo pode influenciar em grande medida meu pensar, agir, vivenciar esse encontro²⁶.

A/O terapeuta também faz parte do Nós e igualmente está imersa/o em uma estrutura social que, para se retroalimentar, nos direciona no sentido de nos controlar, padronizar, embotar nosso senso crítico, naturalizar/normalizar ideologias e, na maior parte do tempo, temos enorme dificuldade em perceber e refletir sobre o quanto tudo isso nos molda, nos influencia e nos limita. Assim, minha relação e compreensão do outro está carregada/enviesada por um sistema social/cultural/histórico/econômico/político/etc. do qual faço parte, que me constitui e também o constitui, sendo mais comum viver/sentir/pensar em conformidade com o padrão hegemônico e de dominação. Nesse cenário, resistir a essa forte estrutura social que se atualiza em tecnologias de controle/dominação/massificação cada vez mais sofisticadas se faz uma tarefa hercúlea.

Portanto, nossa práxis, que exige de nós responsabilidade e ética, precisa passar por reflexões constantes a respeito de nossos conhecimentos e experiências. Para tanto, faz-se fundamental buscar o caminho dialógico com nossos pares, seja na leitura e pesquisa, seja de modo experiencial. Só se faz possível dar conta do paradoxo saber / não-saber no encontro terapêutico no momento que eu não o nego, mas o tensiono e o interrogo. Nesse momento então, ponho em xeque meu saber prévio, colocando-o em movimento com outros saberes.

Assim, uma práxis centrada nas Pessoas precisa necessariamente incluir educação política, crítica social, diálogo e cooperação com outras disciplinas, abordando questões como sexism, racismo, fascismo, crise climática, diferença econômico-social de classes, entre muitas outras questões essenciais. Caminhando assim, no sentido de uma emancipação crítica, que diz respeito não apenas a um letramento teórico-racional, mas também vivencial-existencial.

O artigo intitulado ‘Reflexões acerca do potencial iatrogênico das psicoterapias no campo da Saúde Mental’²⁷ nos aponta para a possibilidade de profissionais de cuidado e promoção em saúde mental causarem danos às pessoas que assistem. Além de descreverem muitos estudos em que a iatrogenia foi verificada de modo significativo em diversos processos de psicoterapia, o texto ainda aponta estudos com psicoterapeutas de diferentes abordagens teóricas, relatando que a maioria

destas/es não conseguem prever o curso dos cuidados/tratamentos que oferecem, bem como não conseguem identificar eventuais fracassos e pioras na condição do cliente/paciente. A maioria relata que os tratamentos/cuidados oferecidos estão em uma direção positiva, no entanto quando há efeitos negativos significativos, muitos os atribuem a características ou comportamentos do próprio cliente/paciente, mas não como efeito do tratamento que ofereceram. Os estudos concluem que psicoterapeutas, de modo geral, tendem a não perceber ou não reconhecer os efeitos adversos que causam.

Tais estudos e reflexões acerca do cenário das psicoterapias e das/os psicoterapeutas foram desenvolvidos em sua maioria nos Estados Unidos, mas certamente nos levam a refletir que o quadro em nosso país não se pinta de modo tão distinto. Podemos afirmar que os apontamentos também não são conclusivos, no entanto nos trazem dados bastante inquietantes no que diz respeito a pouca reflexão e consciência que as/os psicoterapeutas possuem sobre sua própria práxis, além dos números altos relativos à iatrogenia verificada nas psicoterapias²⁷.

Pode-se refletir se uma das causas da iatrogenia não seria a clínica alienada e sem concretude a respeito de questões essenciais para compreender a vivência das/os clientes oferecida por muitas/os terapeutas.

Para ilustrar o que seria uma práxis iatrogênica, apresentaremos um relato real, narrado pela psicanalista Isildinha Baptista Nogueira, que é uma mulher negra retinta, em sua obra ‘A cor do inconsciente: significações do corpo negro’²⁸. Ela nos conta que, sendo atendida por um terapeuta branco, expressando ao profissional que reiteradamente era perseguida nos estabelecimentos comerciais que frequentava, esse a encaminhou a um psiquiatra para fazer uso de medicação, por acreditar que ela estaria sofrendo de um certo tipo de delírio persecutório. Isildinha interrompeu a terapia imediatamente, percebendo que a completa ausência de letramento étnico-racial do terapeuta branco tornava-o, naquele momento, incapaz de compreender empaticamente a vivência de racismo sofrida por uma mulher negra.

Se não temos emancipação crítica quanto a questões sócio-políticas fundamentais, podemos facilmente reproduzir opressões presentes no meio social do qual fazemos parte, sendo absolutamente necessário compreender como está estruturada a sociedade e quais são os mecanismos de manutenção desta para que possamos nos autoquestionar quanto ao lugar que ocupamos nesta estrutura, quais opressões sofremos e a quem oprimimos. Assim, poderei me aproximar com maior compreensão empática, ainda que de um lugar externo à experiência, de qual lugar fala minha/meu cliente e quais possíveis opressões possa estar vivenciando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se concordamos no sentido de que o existir humano não se dá no Eu, mas no Nós, na intersubjetividade e interconectividade, dessa forma, é necessário pensar e construir uma psicologia

que seja sempre social-política. E, permanecer na omissão e/ou silêncio a respeito do que constitui o Nós pode nos levar a uma atuação antiética, sem emancipação crítica e sem concretude.

Diante do exposto neste artigo, é urgente a necessidade de nós, profissionais de saúde, irmos em direção a um saber-fazer/fazer-saber cada vez mais emancipadamente crítico e concretamente Centrado nas Pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Rubio PP. Primavera das mulheres: 100 questões essenciais para entender o feminismo no mundo contemporâneo. Trad. Cardoso GC. 2017. 1ed. São Paulo: Pensamento Cultrix; 2020.
2. Teles AMA. Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios. Editora Alameda; 2017.
3. Truth S, Gilbert O. E eu não sou uma mulher? A narrativa de Sojourner Truth. Ímã Editorial; 2020.
4. Lorde A. Irmã Outsider. Trad. Borges S. 1^a ed. Belo Horizonte: Autêntica; 1984/2020.
5. Crenshaw K. Porque é que a interseccionalidade não pode esperar. Trad. Ferreira SD. [Internet]. Citado 15 de abril de 2025. Disponível em: <https://apidentidade.wordpress.com/2015/09/27/porque-e-que-a-interseccionalidade-pode-esperar-kimberle-crenshaw/>
6. Davis A. Mulheres, raça e classe. 1^a ed. São Paulo: Boi Tempo; 2016.
7. Federici S. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante; 2019.
8. Arruza C, Bhattacharya T, Fraser N. Feminismo para os 99%: Um Manifesto. 1^a ed. São Paulo: Boi Tempo; 2019.
9. Lugones M. Rumo a um feminismo decolonial. In: Hollanda HB. (Org.), Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo; 2019. (p.357-378).
10. Nascimento L. Transfeminismo. Editora Jandaíra; 2021.
11. Prada M. Putafeminista. Prada M. Putafeminista. Editora Veneta; 2018.
12. Moira A. E se eu fosse puta. Editora N-1 Edições; 2023.
13. Normas.leg.br. Portal de legislação federal com acesso a normas, leis e decretos atualizados. [Internet]. Citado 15 de abril de 2025. Disponível em: <https://normas.leg.br/busca>
14. Gov.br. Política para mulheres. [Internet]. Citado 15 de abril de 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/temas/politica-para-mulheres>
15. Millet K. Política sexual. Madrid: Cátedra; 2010.
16. Moura JRF. Língua(gem) e gênero neutro: uma perspectiva discursiva no português brasileiro. Líng. Instrum. Linguist. [Internet]. 1º de outubro de 2021 [citado 15º de abril de 2025]; 24(47):146-63. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8660785>
17. Fernandes PS. Família monoparental feminina: desafios de ser mãe solo. (Dissertação). Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista; 2022.
18. Hooks B. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. 14^a ed. Rio de Janeiro; 2018.
19. Butler J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Trad. Aguiar, R. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2003.
20. Akotirene C. Interseccionalidade. Pólen Produção Editorial LTDA; 2019.
21. Cerqueira D, Bueno S. (Orgs.). Atlas da violência. Brasília: Ipea, FBSP; 2024. [Internet]. Citado 15 de abril de 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/7868-atlas-violencia-2024-v11.pdf>
22. Rogers CR, Stevens B. (ed.). De pessoa para pessoa: o problema do ser humano. Trad. Leite MLM, Leite DM. 2ed. São Paulo: Pioneira; 1977.
23. Rogers CR. Tornar-se pessoa. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes; 1997.
24. Moreira, V. Clínica humanista fenomenológica: estudos em psicoterapia e psicopatologia crítica. São Paulo: Annablume; 2009.
25. Rogers, CR. A humanistic conception of man. In: Farson, R. (ed.). Science and Human Affairs. Palo Alto, CA: Science and Behavior Books, 1965. p. 18-31.
26. Alves VLP, Araújo IC, Vieira EM, Samel FF (Orgs.). Pessoa, en-contro e psicoterapia: Peter Schmid e a abordagem centrada na pessoa. Curitiba: CRV; 2024.

27. Júnior CKA, Moretto MLT. Reflexões acerca do potencial iatrogênico das psicoterapias no campo da Saúde Mental. Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar. 2016; 19 (1): 76-102.
28. Nogueira IB. A cor do inconsciente: significações do corpo negro. Editora Perspectiva S/A; 2021.